

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 522.005 - RJ (2019/0209124-1)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : REINALDO MAXIMO DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO : REINALDO MAXIMO DE OLIVEIRA - RJ134652**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PACIENTE : LUCAS MARTINS RAMOS (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

## DECISÃO

**LUCAS MARTINS RAMOS** pleiteia a revogação de sua custódia preventiva, com ou sem a fixação de medidas cautelares diversas da prisão.

Porém, em consulta ao site do Tribunal *a quo*, este gabinete verificou que **o paciente foi condenado**, em 4 de setembro p.p., como incurso no no Art. 157, § 2º, II e § 2º-A, I (duas vezes), na forma do art. 70, ambos do Código Penal, à pena de 11 anos e 8 meses de reclusão, no regime inicial fechado, **sem direito a recorrer em liberdade**.

Assim, evidencia-se a **prejudicialidade do pedido aqui formulado**.

À vista do exposto, **julgo prejudicado o habeas corpus**, pela perda superveniente de seu objeto.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**